

43º Encontro Anual da Anpocs

SPG13 – Estado em ação: interação sociedade e Estado na produção de políticas públicas

Patrimônios como acontecem: fabricações da participação nas políticas de patrimônio imaterial em Minas Gerais

Guilherme Eugênio Moreira (PPGA/UFF)

Caxambu
Setembro 2019

Este trabalho faz parte dos esforços de minha pesquisa de mestrado em investigar as maneiras como são fabricados os *patrimônios culturais imateriais* e compreender como acontece a “participação” nesses processos, noção presente nas políticas públicas brasileiras, principalmente a partir da Constituição de 1988¹. Busco tratar desse fenômeno a partir de minhas experiências na Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG)², na qual fui estagiário entre 2015 e 2017 e hoje atuo como analista em contrato de serviço voluntário. Defendo que as fabricações dos patrimônios culturais são processos políticos, tanto no sentido estrito das construções de políticas públicas, como no sentido lato de elaborações atravessadas por práticas de poder³.

Desde o Decreto n. 3.551/2000 que instituiu a Política Nacional de Patrimônio Imaterial, a “participação” dos praticantes das expressões culturais em estudo tornou-se premissa fundante dos processos de reconhecimento dos patrimônios imateriais. Entendem-se como patrimônios imateriais saberes, modos de fazer, ofícios, celebrações, formas de expressão e lugares que coletividades, grupos e pessoas referenciam como parte de seu patrimônio cultural. A partir da compreensão de que tais expressões se transformam na transmissão através das gerações, a política do patrimônio imaterial instituiu o *registro* como instrumento jurídico-legal de reconhecimento, que prevê a construção de um *plano de salvaguarda* com ações que contribuam para a continuidade do patrimônio e a *revalidação* do título a cada dez anos.

No entendimento de que os próprios praticantes são aqueles autorizados a referenciar seus patrimônios imateriais, segundo os marcos normativos pertinentes, a “participação” de tais coletivos e indivíduos, denominados *detentores*, deve guiar a instrução de todo o processo, desde o pedido para sua abertura até a elaboração e condução da salvaguarda. Percebe-se desde então esforços institucionais para consolidar

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

²Daqui em diante, referidos como GPCI e Iepha.

³A escolha pelo termo “fabricação” para tratar das operações de seleção e reconhecimento dos patrimônios culturais foi inspirada pelo trabalho *La fabrique du patrimoine*, de Nathalie Heinich (2009). Em sua investigação, a autora acompanhou os pesquisadores da Missão do Patrimônio francês em suas viagens de campo e nos escritórios a fim de compreender como escolhiam se determinado edifício ou objeto viria a ser inscrito no Inventário geral do patrimônio cultural. Heinich faz uso do substantivo “fábrica” [*fabrique*] para dizer dessas operações que partem da decisão de selecionar um objeto como passível de entrar na cadeia patrimonial. No entanto, acredito que “fabricação” fala melhor das ações de construção que estão subjacentes a esses processos.

narrativas coesas sobre o sucesso da incorporação de metodologias participativas, mas um olhar cuidadoso permite reconhecer que esses processos apresentam conflitos constitutivos das próprias maneiras como são conduzidos e por vezes mascaram relações de poder que reiteram tendências centralizadoras da administração pública brasileira.

O objetivo do estudo, portanto, passa por compreender as noções de “participação” que estão em jogo nas definições dos patrimônios imateriais em Minas Gerais e os usos que delas são feitos. Inspirado pela proposta de uma antropologia do poder ou do Estado, acredito que o entendimento das dinâmicas que operam nessas situações pode contribuir na elucidação de um processo mais amplo, que diz respeito aos desafios colocados às políticas de patrimônio no cenário nacional contemporâneo, e, por sua vez, atualizam dimensões características da formação do Estado brasileiro.

Como via de acesso às políticas mineiras de patrimônio imaterial, escolho acompanhar esses processos a partir da perspectiva dos profissionais diretamente responsáveis por sua condução (HEINICH, 2009). Meu foco, portanto, recai sobre a equipe técnica da GPCI, atentando para as tomadas de decisões no escritório, suas interações com instâncias administrativas superiores e a promoção de momentos considerados participativos, nos quais esses profissionais estão em relação com os praticantes das expressões culturais em estudo.

Com a participação direta nos trabalhos da gerência, acompanho o trabalho diário das/os funcionárias/os e analiso documentos por nós produzidos, como pareceres e dossiês técnicos, nos quais as definições do que vem a configurar os patrimônios imateriais na política pública mineira vão sendo materializadas. Nesses processos, atento para como definimos e mobilizamos a noção da “participação” nos estudos, a partir da observação e análise da condução de métodos participativos em campo e os usos que dele são feitos nos textos técnicos, nos discursos institucionais e nas (auto)representações da gerência, atentando para quem participa, quando e de que maneiras.

Para iniciar: inspirações sobre poder e participação

O presente trabalho insere-se nas discussões sobre os exercícios de poder que operam cotidianamente nas construções sociais da realidade. Assume, pois, a tarefa de compreender os lugares do político para além de suas estruturas e representações formais. Embarco no convite que é feito na coletânea organizada por Sérgio Castilho,

Antônio Carlos de Souza Lima e Carla Teixeira (2014), ao considerar as fabricações dos patrimônios como uma investigação antropológica de práticas de poder.

Por um lado, a partir de Laura Nader (1972), uma das primeiras autoras a defender programaticamente pesquisas com pessoas e em espaços mais poderosos [*studying up*], entendo que essas situações de pesquisa não evocam desafios ontologicamente distintos daqueles vivenciados por antropólogos/as em contextos clássicos de pesquisa, onde a assimetria de poder está a favor do/a pesquisador/a. Ao mesmo tempo, fazer pesquisa em espaços onde estamos em posições inferiores ou imbricados nas dinâmicas de poder que pretendemos estudar, como empresas, corporações e burocracias, acarreta especificidades epistemológicas que definem as possibilidades de construção de nossos dados.

Os textos reunidos em Castilho *et al.* (2014) evidenciam as negociações para a obtenção de informações e as ferramentas mobilizadas para a exposição de situações e interpretações, principalmente quando investigamos os espaços do nosso próprio exercício profissional. Essas perspectivas contribuem para a superação das abordagens que terminam por reificar “o Estado” como uma entidade homogênea que teria agência própria para tomar decisões – frequentemente em oposição à “sociedade civil”, outro ente dotado de consciência e intenção. Segundo aqueles autores, assumimos que Estado constitui uma representação promovida a partir de feixes de relações de poder onde circulam leis, normas, agências e agentes que acreditam (e fazem acreditar) nessa representação.

A partir das redes de pessoas que configuram essas relações, explicitam-se as tensões advindas dos confrontos entre interesses, compromissos, emoções e percepções diversas e os conjuntos prescritos de regras e procedimentos que são enunciados por linguagens específicas. Finalmente, a crença na coerência e univocidade dessa representação é um trabalho cotidiano que reúne ações ambivalentes e dissonantes em um processo sempre em ação de “fazer Estado”, no qual é a rotinização mesma dessas práticas que garante a efetividade das relações de poder (CASTILHO *et al.*, 2014).

Essa noção é informada pela proposta de Souza Lima (1995; 2002) de compreender as situações de poder na administração pública como parte dos processos de formação do Estado no país. Falar dos “processos de formação do Estado” é assumir que estamos tratando de fluxos históricos contínuos e mutáveis, nunca acabados, mas sempre em construção. Segundo Souza Lima e Castro (2015), mostra-se necessário

superar as abordagens weberianas e marxistas de Estado, simplesmente como monopólio do uso legítimo da força sobre um território ou instrumento de imposição da ideologia das classes dominantes, para criar conceituações mais férteis que deem espaço para as dimensões performativas e simbólicas das agências e agentes que fazem esse Estado.

De modo análogo, as políticas públicas não seriam apenas os planos de ação racionalizados e escritos sob a autoridade de um Estado para a intervenção e solução dos problemas na vida social, mas antes de tudo seriam as próprias ações de pensá-las, formulá-las e implementá-las. Assim, sua compreensão não pode se restringir às avaliações instrumentais de sua eficácia ou às análises textuais de seu conteúdo, mas também implica na observação das relações sociais cotidianas que promovem sua construção; daí as contribuições de uma abordagem antropológica para o estudo das políticas públicas (SOUZA LIMA, 2002; SOUZA LIMA; CASTRO, 2015).

Voltando à ideia da administração pública como parte dos processos de formação do Estado, a partir do estudo do aparelhamento das políticas indigenistas no Brasil, Souza Lima (1995) trata de como a territorialização dessa administração a partir das primeiras décadas do século XX produziu o espraiamento de representações regionais do poder central, levando-o a espaços antes desconectados e reunindo redes locais antes dispersas, cujos sentidos foram sendo generalizados para a heterogeneidade da vida brasileira. Sob a forma de uma racionalidade administrativa, portanto como se neutras e apolíticas, essas práticas foram sendo legitimadas através de sua própria rotinização, seus operadores reconhecidos como os especialistas capazes de tomar as melhores decisões no gerenciamento das situações, e o governo brasileiro firmou-se como agência centralizada autorizada a gestar e gerir as populações e os territórios. Esse processo estabeleceu relações tutelares de controle e atuação sobre diferentes segmentos da população brasileira e, ao fazer isso, produziu diferenciações e hierarquias nas maneiras de atuar nos planos jurídico e administrativo (SOUZA LIMA, 2002).

Nos estudos do patrimônio cultural, Chuva (2017) empreendeu um esforço de mobilizar essas noções para compreender a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional durante as décadas de 1930 e 1940, quando da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937. A autora analisa como a rotinização das práticas administrativas do Sphan naquelas primeiras décadas, informadas pelas redes de compromissos pessoais e entendimentos do que deveria ser valorizado como patrimônio nacional, a partir principalmente dos

ideários modernistas compartilhados pelos intelectuais que se aparelharam nos quadros técnicos da instituição, contribuiu para o projeto de construção da nação brasileira ao territorializar suas redes de atuação por regiões antes desarticuladas com a administração federal e afirmar o monopólio do Estado na gestão dos bens simbólicos do país.

Aquelas práticas definiram os critérios que informaram as decisões do que preservar como patrimônio nacional por muitas décadas, com suas permanências até os dias de hoje, assim como legitimaram a autoria exclusiva do Estado brasileiro na construção da memória e história oficiais e a autoridade dos profissionais do patrimônio como guardiões do bem comum, capacitados por seus conhecimentos técnicos a empreender a missão de proteger os patrimônios de “valor histórico e artístico” em nome das massas desinformadas. Esses padrões retóricos e administrativos vieram a encobrir as disputas de representação que à época estavam em jogo no projeto de definição da nação Brasil, bem como as técnicas de poder que permitiam apresentar os interesses e as percepções de alguns segmentos da sociedade brasileira como representativos de toda essa coletividade em processo de formação (CHUVA, 2017).

O trabalho da autora é um exemplo de iniciativa que procura desestabilizar as narrativas hegemônicas que definiram as trajetórias do patrimônio cultural no país, originadas no interior das próprias instituições de patrimônio, mas reproduzidas nos debates acadêmicos. Compreender as funções e interesses subjacentes às construções deliberadas de cronologias lineares e desdobrar suas dissonâncias faz parte do empreendimento de investigar as práticas de poder nas fabricações dos patrimônios culturais.

Essas percepções evidenciam as tendências dos processos de formação do Estado brasileiro como processos de reiteração das representações de sua autoridade como exclusiva, centralizada, tutelar e, por que não, autoritária. Interessa a nós, portanto, no estudo das fabricações dos patrimônios imateriais, compreender como essas relações estão em andamento nesse início do século XXI, especificamente na configuração de políticas que prezam e celebram a “participação popular” em sua formulação e implementação.

A noção de “participação” diz respeito a uma série heterogênea de instrumentos, instituições e teorias que ao longo do tempo adquiriram diferentes significados e espaços. Segundo a literatura, a história da teoria democrática teria sido a história de aproximações e tensões entre governabilidade, representação e participação

(AVRITZER, 2006; YOUNG, 2006). Tal polissemia permite que os discursos de participação sejam mobilizados por diferentes agentes para diversos fins. As práticas participativas são cada vez mais mobilizadas como estratégia de legitimação das ações governamentais que se promovem como democratizantes, mas ao mesmo tempo mascaram formas centralizadoras da administração pública (SUAUD, 1984; WILLIAMS, 2004).

De acordo com Avritzer (2006), o Brasil foi um dos primeiros países que buscou firmar, ao menos no plano constitucional de 1988, uma combinação entre formas de representação e formas de participação, na geração de um sistema político híbrido a nível federal, mas também estadual e municipal. A Constituição Federal veio sedimentar no texto da lei proposições para a democratização e descentralização dos processos decisórios, tanto através da criação de mecanismos de participação direta como pela institucionalização de estruturas de participação local nas políticas setoriais.

No âmbito do patrimônio, a Constituição representou um marco significativo ao expandir o conceito de patrimônio cultural para além do patrimônio edificado que havia se consagrado desde os anos trinta. O artigo 216 abrangeu as expressões culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, reconheceu as dimensões imateriais do patrimônio e deslocou a atribuição de valores patrimoniais da avaliação técnica do especialista para o referenciamento por parte dos próprios praticantes. Ao contrário de outras políticas, no entanto, a “participação” foi apresentada de maneira genérica e não foram estabelecidos instrumentos específicos para sua promoção. No mesmo artigo, em seu §1º, lê-se apenas que “O poder público, *com a colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro...” (BRASIL, 1988, destaque meu).

A redação final do texto refletiu o espaço ambíguo que as instituições de patrimônio ocupavam no contexto de redemocratização, bem como sua trajetória acumulada de experiências e práticas administrativas. Aquela definição ampla de participação como colaboração da comunidade abriu novos caminhos para a relação dos profissionais do patrimônio com as “comunidades” envolvidas, mas também resguardou formas de operar antigas que já estavam sedimentadas na condução das políticas (FONSECA, 2017). Para tratar de compreender os usos contemporâneos da participação no patrimônio cultural mineiro, cabe retomar alguns estudos que investigaram esse fenômeno em outras políticas públicas.

Pode-se destacar o trabalho de Charles Suaud, *Le mythe de la base* (1984). O autor, observando os trabalhos dos *États Généraux du développement agricole* na França, procurou demonstrar como uma técnica consultiva, apresentada como representativa da “base” camponesa e criada de “baixo para cima”, apenas poderia ser compreendida em seu duplo movimento, tanto “de baixo para cima” como “de cima para baixo”. No movimento descendente, as problemáticas eram previamente informadas pelo ponto de vista dos formuladores da política a um grupo selecionado de agricultores que, pelas dinâmicas de poder locais, eram os mais propensos a estarem alinhados com os projetos governamentais. Já no movimento ascendente, a síntese e edição das contribuições feitas pelos agricultores participantes também ficavam à cargo de especialistas e quanto mais se subia na hierarquia administrativa, mais o discurso construído se afastava das respostas locais e se aproximava da construção de um discurso camponês apresentado como correspondente fiel à realidade. A pesquisa de Suaud (1984) mostra-se potencial para problematizarmos os usos da participação nas políticas de patrimônio imaterial, ou, em suas palavras, o “mito” da participação.

Também na linha de políticas de desenvolvimento, o trabalho de Kothari (2001) acrescenta provocações nesse sentido. A autora denuncia como o próprio ato de inclusão – convidar/ser convidado a participar nos espaços de participação – informa sobre relações de poder em exercício pelas pessoas envolvidas e como as ações de “empoderar desempoderados” em si podem reiterar mecanismos de controle sobre esses sujeitos a quem se diz querer escutar. Além disso, os espaços de participação estariam abertos às performances de seus participantes, que poderiam vir a dizer o que acham que se quer ouvir ou o que se está autorizado a falar, informados pelos constrangimentos e normas sociais da coletividade. Finalmente, seria preciso localizar a série de mediadores que desempenham diferentes papéis na produção/representação daquele conhecimento e articulam por sua vez outras relações de poder, sejam funcionários/as, estagiários/as, tradutores/as, lideranças locais, anciãos/ãs, entre outros (KOTHARI, 2001).

Pensando no caso da saúde indígena no Brasil, Souza Lima (2015) aponta que os mecanismos de participação, da maneira como foram implementados a partir de 88, inicialmente acabaram reiterando relações de tutela ao criar uma cadeia de mediadores, governamentais e não-governamentais, que com suas capacitações estavam ali presentes para “ensinar o outro a participar”. Aqueles espaços de participação rotinizaram-se mais como espaços de execução de políticas de governo que efetivamente possibilidades de

crítica e novas proposições, reforçando as marcas autoritárias na formação do Estado brasileiro e esvaziando a “dimensão política” da participação.

Na atual conjuntura política, entretanto, parece-me insuficiente e arriscado encerrar a discussão no apontamento das limitações das políticas participativas. Há uma ansiedade de minha parte em criticá-las no contexto de precarização e desmonte das políticas culturais e entendo que nossos estudos devem fornecer novos elementos que nos auxiliem a compreender como esses processos foram construídos para fortalecer suas continuidades. Afinal, se não for participação, seria o quê? Voltar para a autoridade exclusiva do especialista no monopólio da “gestão estatizada dos bens simbólicos” (CHUVA, 2017) não parece ser uma solução. É preciso avançar na reflexão crítica sobre a fabricação das participações.

Para Williams (2004), as práticas participativas não precisam necessariamente conduzir à despolitização das dinâmicas locais. Seria preciso assumir que, se por um lado, as ferramentas participativas podem reiterar a centralização do poder do Estado, fenômenos também são produzidos no sentido inverso. Se podem sim atuar como mecanismos de controle e sujeição dos indivíduos, suas consequências não podem ser determinadas *a priori* e seus participantes nunca podem ser totalmente controlados. Além disso, seria preciso reconhecer que essas práticas em si abrem novos espaços para a ação política que em projetos não-participativos inexistem, espaços esses que tanto a crítica ferrenha à participação como “sujeição ao sistema” como sua celebração cega como “liberação individual”, ambas muito simplistas, não permitiriam perceber. Colocando de outro modo, seria preciso levar essas situações a sério, sem desconsiderar que a exclusão é parte do problema e que a participação é parte da solução (BÜHLER, 2002).

Parece mais rico, portanto, reconhecer que nas políticas de participação coexistem limitações e potencialidades e direcionar a pesquisa para a compreensão dos usos e efeitos que são gerados a partir de sua promoção. Bronz (2009; 2016), em sua investigação sobre as políticas de licenciamento ambiental, apresenta a participação como um duplo movimento. De um lado, os afetados pelos empreendimentos estariam “sujeitos” às políticas devido à construção por especialistas de um corpo de conhecimento produzido sobre eles e a aceitação de condições que lhes são atribuídas no jogo assimétrico de forças. Ao mesmo tempo, aquelas pessoas também se tornariam “autoras” no processo, a partir da apropriação das categorias e jargões técnicos e a

mobilização para a reivindicação de seus interesses. Assim, se de um lado com a ampliação dos espaços de discussão pública, testemunharíamos a criação de mecanismos que terminam por manter as tomadas das decisões mais importantes nos mesmos circuitos de poder, os demais agentes envolvidos buscam fortalecer suas ações e aprender as regras do jogo.

Nas narrativas patrimoniais hegemônicas, convencionou-se celebrar a trajetória do patrimônio cultural como a ampliação progressiva da participação dos *detentores* nos processos de pesquisa e reconhecimento. Esse fenômeno foi muito atribuído à ampliação do olhar dos profissionais do patrimônio com a diversificação dos quadros técnicos nas instituições e a incorporação de um “conceito antropológico de cultura”, principalmente a partir dos anos oitenta, e seus reflexos seriam vistos na consequente diversificação dos tombamentos instruídos a partir de então⁴ (FONSECA, 1996).

No entanto, essas transformações nos sentidos da participação foram sendo incorporadas no fazer de funcionários/as de maneira pouco sistemática durante aquele período, mais através de projetos piloto e experiências particulares que de instrumentos e políticas institucionalizadas que viessem a adentrar o corpo de procedimentos técnicos (CHUVA, 2014). As práticas de participação, portanto, ficaram mais no nível do discurso oficial que efetivamente traduzidas nas ações administrativas. Não à toa apenas em 2000 viria a instituição do *registro* a nível federal como instrumento jurídico específico às expressões imateriais. Em Minas Gerais, a regulamentação da política do patrimônio imaterial no Iepha aconteceu em 2002 e a portaria interna que organizou essa prática e criou uma gerência específica veio apenas em 2008.

Como estamos tratando até aqui, Arantes (2006) bem demonstra como o patrimônio cultural é uma realidade instituída pelo Estado e as implicações trazidas pelas maneiras como a política foi construída. Por mais que o patrimônio imaterial preze pela “colaboração das comunidades”, as instituições de patrimônio possuiriam

⁴Desde 1937, com a criação da política do patrimônio histórico e artístico nacional a partir do Decreto-lei n. 25 no Estado Novo de Getúlio Vargas, o instrumento de proteção vigente era o *tombamento*, que abrangia a proteção a edificações, obras de arte, bens móveis e sítios naturais. Mesmo após a ampliação do conceito de patrimônio cultural na Constituição de 1988, um novo instrumento de proteção a outros tipos de patrimônio viria a ser criado apenas em 2000 com a figura do *registro*. Esse processo demonstra a sedimentação dos modos de operar até então vigentes e as tensões advindas das tentativas de incluir novos paradigmas. Um caso emblemático aconteceu em 1984 com o tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador (BA), primeiro patrimônio afro-brasileiro reconhecido no país. Gilberto Velho foi relator do processo e narra as disputas de valores evidenciadas ao longo do mesmo. A deliberação pelo tombamento no Conselho Consultivo foi alcançada com uma margem acirrada de votos e dependeu da mobilização de lideranças religiosas, movimentos sociais e intelectuais (VELHO, 2006).

autoridade/autorização para definir e desenvolver temas, agendas e ações a serem contempladas e realizadas. Nesse sentido, Abreu (2007) evidencia o caráter seletivo dos processos de patrimonialização e reconhece que as decisões dependem da configuração de redes nas quais as condições de acesso e mobilização dos instrumentos de proteção junto às instituições estariam desigualmente distribuídas.

Gonçalves (2012), por sua vez, desloca-se para compreender como atualmente patrimônio se transformou em um “grito de guerra” de diversas coletividades com suas reivindicações identitárias e interesses socioeconômicos em múltiplas situações. Assistiríamos a uma “fragmentação dos patrimônios”, que não se vinculam mais necessariamente a narrativas nacionais, mas são produzidos local ou transnacionalmente. Como trabalhado pelo autor, mesmo que as instituições elaborem e implementem as políticas patrimoniais, é cada vez mais evidente que essas agora precisam reconhecer e enfrentar diversos outros agentes que acionam suas próprias agendas e interesses na fabricação dos patrimônios.

Portanto, a investigação dos modos como os patrimônios imateriais são fabricados, e especificamente como a “participação” é promovida nesses processos, visa evidenciar como técnicas e políticas são indissociáveis. A flexibilidade do discurso da participação promove uma série de ambivalências, pois se de um lado permite criatividade na construção de canais de diálogo, por outro também serve à reiteração de práticas rotinizadas de controle e mascaram tomadas de decisões unilaterais.

No movimento de reconhecer as limitações e efetivas possibilidades da participação, mostra-se necessário investigar o lugar e o papel dos/as técnicos/as na condução das políticas do patrimônio imaterial. Afinal, são aqueles que estão em contato com os praticantes das expressões culturais e fazem a mediação entre os usos locais e as demandas da agenda institucional, transformando tais fenômenos nos patrimônios que são apresentados nos discursos de proteção e promoção. A escolha por essa via etnográfica – voltar a atenção para os profissionais do patrimônio que precisam negociar e tomar decisões em seu escritório – permite compreender situações que refutam uma imagem monolítica de Estado e suscitam o aprofundamento das discussões sobre as políticas patrimoniais.

Adentrando a GPCI: por que estudar técnicos e técnicas?

Meu interesse pelos processos de fabricação dos patrimônios culturais mineiros vem desde o trabalho por dois anos (2015-2017) na GPCI/Iepha como estagiário em Ciências Sociais. Como membro da gerência, participei da construção de processos de registro, textos técnicos e materiais de difusão. Naquele período, acompanhei em sua totalidade o processo de *registro* das Folias de Minas⁵ como patrimônio cultural do estado, envolvimento esse que resultou em minha monografia de graduação (EUGÊNIO, 2017). Na interface entre a folia que se fazia na prática pelos foliões e a folia que vinha sendo definida pela equipe técnica na GPCI, estive em uma posição onde não pude deixar de comparar ambos os processos, percebendo que na gerência íamos construindo uma narrativa sobre a folia que extrapolava as vivências com aqueles foliões e resultava dos encontros entre equipe técnica, foliões, gestores e outros agentes.

Pesquisas que se pretendem a investigar como funcionam instituições governamentais desnaturalizam os mecanismos da burocracia estatal, ao expor os processos através dos quais se tomam as decisões e se constroem as políticas públicas (NADER, 1972). A proposta etnográfica, por sua vez, permite compreender a operação desse fazer Estado, ou seja, como políticas são construídas e transformadas cotidianamente, através das práticas de seus agentes nas atividades diárias de produção da burocracia, o que pensam e como respondem a demandas (CASTILHO *et al.*, 2014).

Meu retorno como servidor voluntário no ano de 2019 deu-se após a exoneração massiva de funcionários em cargos comissionados na administração pública mineira como primeira medida assinada pelo novo governo estadual. Com essa ação, todo o quadro técnico da GPCI no Iepha foi demitido e os trabalhos foram interrompidos. Os primeiros meses do ano foram marcados por sucessivas negociações para recondução dos/as técnicos/as e atualmente a equipe voltou a funcionar com o número anterior de profissionais. Em meio ao cenário de precarização das políticas culturais, portanto, reinseri-me no campo e pude voltar a participar do trabalho cotidiano da gerência, acompanhando o dia a dia no escritório, bem como representando a equipe em reuniões, eventos e viagens de campo.

A escolha por uma etnografia das fabricações na política do patrimônio imaterial foi inspirada pela pesquisa de Nathalie Heinich (2009). Interessada em compreender os

⁵As folias são grupos católicos de cantadores e tocadores que saem em devoção a algum santo visitando fiéis, distribuindo bênçãos e recolhendo donativos. Daqui em diante, assumo o processo de registro das Folias de Minas como fio condutor para a discussão das problemáticas apresentadas.

critérios de *évaluation* que informam as situações de identificação e classificação dos patrimônios, a autora acompanhou o trabalho cotidiano de pesquisadores do Inventário do patrimônio francês, observando contextos, emoções, ações e agentes envolvidos nessas situações e, conseqüentemente, buscando analisar os princípios subjacentes a tais operações.

Além disso, Heinich procurou entender como se configuram e se transmitem os processos institucionais de aprender a reconhecer expressões culturais como patrimônios. Segundo sua pesquisa, os processos de patrimonialização dependeriam tanto de instrumentos práticos que informam a percepção e a inscrição do percebido (legislações, fichas, entrevistas, manuais, diagramas, fotografias, vídeos...) como da consolidação de um acervo de conhecimentos compartilhados entre os profissionais. Essas percepções tenderiam a se rotinizar nos textos técnicos e nas conversas entre pares, mas também sempre estariam abertas às tensões colocadas por novas situações de contato com os patrimônios (HEINICH, 2009).

Apesar de limitações à aplicação desse programa de pesquisa francófono para a compreensão das políticas na GPCI, o trabalho da pesquisadora fornece contribuições analíticas que podem ser acionadas na condução do trabalho. Primeiramente, seu foco sobre os modos de operação da política a partir da investigação de seus profissionais permite que nos debrucemos sobre os ruídos e as informalidades, as controvérsias e as incertezas que marcam o trabalho diário e mais ou menos tensionam as narrativas e representações oficiais. Em segundo lugar, olhar para o compartilhamento de critérios e valores entre técnicos/as permite reconhecer que o trabalho de fabricação do patrimônio dá-se antes, durante e após as situações concretas de campo. Esse processo depende tanto das interações com praticantes das expressões culturais em estudo nas situações concretas de participação como também das representações coletivas dos profissionais do patrimônio e o trabalho no escritório desempenha um papel expressivo na condução da política.

Ao defender uma etnografia de técnicos e técnicas, estou inspirado também pelos trabalhos de Bruno Latour. Parece-me crucial tratar esse programa de pesquisa como um esforço de rastrear os processos de constituição e transformação de verdades que sustentam a legitimidade das operações institucionais e de fato são cotidianamente reiteradas e tensionadas por seus profissionais. A constatação de que os objetos e ações das políticas públicas são socialmente construídos deve ser ponto de partida para analisar

os trabalhos rotineiros de apagamento dos próprios traços dessa construção que define os esforços de apresentação da política como técnica e objetiva e reitera a força desses espaços de poder (LATOUR; WOOLGAR, 1997). É a partir desse entendimento que conjugo à etnografia dessas práticas a análise dos documentos que fazem parte de sua configuração, unindo a observação das ações de nós técnicos/as com a produção de nossas técnicas.

Nessa perspectiva, compreendo que as fabricações dos patrimônios são sustentadas pelas amarrações de legislações, pareceres, inventários, dossiês, memorandos, assinaturas, termos de compromisso, notícias, artigos acadêmicos e textos de divulgação que vão materializando, e conseqüentemente naturalizando, o patrimônio em estudo que está sendo definido. No processo de pesquisa, diversos esforços de síntese são produzidos desde o contato com o praticante daquela expressão nos espaços de participação até a apresentação do dossiê final na reunião de deliberação pelo seu registro. Cada novo documento, pois, fornece pistas a respeito do estado de fabricação daquele patrimônio no dado momento de sua escrita e a análise desses documentos em sua cadeia permite a compreensão das transformações que culminam na definição daquele patrimônio, como também nas próprias noções de “participação” que foram se estabilizando ao longo do processo. Esses documentos configuram, pois, verbalizações, e conseqüentemente objetificações, das práticas desses profissionais e são entendidos como registros em um espaço-tempo específico do processo de amadurecimento dos esforços de fabricação de um discurso que pretende se autojustificar e sustentar a legitimidade das escolhas que estão ali imbricadas.

Nessa perspectiva, a ênfase de minha investigação recai sobre os usos que são feitos pela equipe da GPCI de ferramentas participativas, como *mapas de percepção* e *cadastros*, e as maneiras como seus resultados são incorporados nos *dossiês de registro* para a definição dos patrimônios e também mobilizados nas (auto)representações da própria política patrimonial. Entendo que essas fabricações são negociações que envolvem o gerenciamento de emoções e trajetórias de vida, assim como entendimentos compartilhados que são acionados para mobilizar critérios e justificações sobre os patrimônios. Nesses processos, interessa perceber as mediações com os interesses das pessoas praticantes da expressão cultural em patrimonialização, e como estas participam mais ou menos ativamente em determinadas escalas do estudo, além de como nós

profissionais da gerência lidamos com demandas e agendas que partem de instâncias hierarquicamente superiores e outras instituições.

Alguns usos da participação: a consolidação da GPCI na trajetória do Iepha

Nesta seção, discorro sobre a trajetória de constituição das estruturas administrativas que estão envolvidas na fabricação dos patrimônios imateriais no Iepha, buscando apresentar como a GPCI conquistou sua legitimidade no interior da instituição através da configuração de uma metodologia própria de trabalho que foi promovida como participativa. Em seguida, exponho os caminhos possíveis da participação nos processos de *registro*, descrevendo as prescrições advindas da legislação pertinente em contraste com as possibilidades colocadas pelas práticas rotinizadas de atuação da gerência.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) foi instituído em 30 de setembro de 1971 pela Lei n. 5.775, com a finalidade de proteger “bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular” que estivessem localizados no território mineiro. Criado como instituição de colaboração com o Iphan, mas passível de instruir *tombamentos* em esfera estadual independentemente das decisões daquele, o Iepha foi criado no contexto de início dos esforços de descentralização do patrimônio brasileiro, e com o tempo adquiriu uma autonomia relativa em relação ao órgão federal.

Após as definições apresentadas anteriormente que ampliaram a noção de patrimônio cultural na Constituição de 1988, a instituição interpretou a “colaboração das comunidades” nos processos de patrimonialização a partir da formulação de diretrizes para a descentralização de suas ações e a aproximação com as prefeituras municipais⁶. Em 1995, foi promulgada a Lei n. 12.040, que ficaria conhecida como Lei Robin Hood. Esse marco definiu que 1% da receita estadual proveniente da arrecadação do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) seria repassada aos municípios que comprovassem a execução e manutenção de ações de proteção aos patrimônios culturais. Nos últimos vinte anos, o Programa ICMS Patrimônio Cultural suscitou a criação de

⁶Tais transformações moveram-se a passos mais ou menos lentos nos diferentes momentos ao longo das décadas. As concorrências de entendimentos sobre patrimônio e a primazia do patrimônio edificado nas práticas institucionais apresentam-se como entraves até os dias atuais à política do patrimônio imaterial na disputa por espaço e legitimidade. Esse é o pano de fundo no qual se cria e se constrói a GPCI.

secretarias e conselhos municipais de patrimônio e constituiu eixo central do Iepha nos esforços sucessivos de municipalização de suas ações⁷.

No que tange os patrimônios imateriais, dois anos após o Decreto federal n. 3.551/2000 que instituiu o instrumento do *registro*, foi promulgado o decreto 42.505, em 14 de abril de 2002, que ratificava na esfera estadual as normativas e procedimentos relativos à preservação desses novos tipos de patrimônio. No mesmo ano, o Iepha deliberou sobre o primeiro *registro* de um patrimônio imaterial mineiro, sendo ele o Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro. Nesse cenário de ampliação das noções e ações concernentes ao patrimônio no estado, foi criado em 2007 o CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, órgão colegiado de natureza deliberativa subordinado à então Secretaria de Estado de Cultura (SEC). Com composição mista de representantes de órgãos estaduais, entidades de classe, instituições de ensino e sociedade civil, o CONEP passou a ser responsável por deliberar sobre as diretrizes e políticas de preservação do patrimônio, bem como sobre a abertura e deferimento dos processos de *tombamento* e *registro*. No ano seguinte, através da Portaria n. 47, de 28 de novembro de 2008, houve a regulamentação dos procedimentos e normas internas à instrução dos processos de *registro* no Iepha com a criação da então Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI)⁸.

Desde sua formação, portanto, inserida nas ações de municipalização do governo estadual, a gerência viu à frente o desafio de reconhecer patrimônios culturais que estivessem distribuídos por todo o território mineiro. Em outro lugar, discuti como, no entanto, os primeiros registros instruídos na GPI trataram de patrimônios em escalas locais, territorialmente delimitáveis, a saber a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Chapada do Norte (2013), no vale do Jequitinhonha, e a Comunidade dos Arturos (2014), em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Esses processos permitiram à equipe técnica conduzir pesquisas aprofundadas nessas localidades ao mesmo tempo em que eram compreendidos como experiências piloto na configuração de uma metodologia própria de atuação (EUGÊNIO, 2018).

⁷Além disso, colocou-se em ação no estado um mercado de editais e consultorias voltado para a produção e envio da documentação do ICMS Patrimônio Cultural ao Iepha. Esse circuito move recursos, especialistas, prefeituras e entendimentos diversos de patrimônio.

⁸Sob a Direção de Proteção e Memória (DPM), a Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI) passou a ser denominada Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) desde o novo Estatuto do Iepha (Decreto n. 47.400, de 17 de abril de 2018). Optei por manter a nomenclatura mais recente no trabalho, portanto, “GPCI”. Apenas nos momentos temporalmente marcados, adoto “GPI”.

A gerência de fato fabricou sua própria metodologia de trabalho, distanciando-se de normativas recomendadas pelo Iphan (como o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais), mas também da própria metodologia do Iepha e reificando esses modos de trabalhar como sua própria representação. Naquele momento, na disputa por espaço na instituição, os profissionais da GPI passaram a reiterar seu modo diferenciado de trabalhar em relação a outras maneiras de entender patrimônio que foram consideradas conservadoras, como, por exemplo, os inventários de identificação dos patrimônios materiais. Iam firmando aos poucos sua legitimidade pelos processos técnicos densos e qualificados que foram sendo produzidos, demonstrando para os demais setores da instituição o sucesso dessas maneiras mais “participativas” de trabalhar, nas quais os praticantes daqueles patrimônios teriam mais espaço e reconhecimento.

O teste definitivo veio com a execução do Inventário Cultural do Rio São Francisco, projeto que, entre 2012 e 2015, em parceria com a UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, inventariou expressões culturais em dezessete municípios lindeiros ao Rio São Francisco em seu trecho navegável, partindo do encontro com o Rio das Velhas até a divisa com o estado da Bahia. Esse processo baseou-se enormemente em *mapas de percepção* e entrevistas com ribeirinhos e barranqueiros e foi objeto de ampla divulgação pelo Iepha como a concretização de fato de um “processo participativo”, um dos “propósitos” da então gestão. O projeto consolidou as oficinas de *mapas de percepção* como metodologia participativa do Iepha, empregada em todos os processos de registro instruídos desde então⁹.

A metodologia da GPI provava, enfim, sua eficiência ao dar conta de conduzir uma pesquisa com a “participação das comunidades” em um território extenso, que abrangia mais de uma quinzena de municípios. Nas palavras da presidente Michele Arroyo:

Em uma **perspectiva de escuta** das comunidades, este trabalho reafirma o propósito desta gestão de construir uma política pública de patrimônio que avança de um conceito linear de tempo e história e de uma noção material de patrimônio para a aproximação com o presente e o reconhecimento da atividade, do processo e do produto cultural. As implicações dessas escolhas

⁹Os *mapas de percepção* são utilizados pelo Iepha como “instrumento participativo de levantamento das referências culturais de comunidades e grupos” (IEPHA, 2015). Esses mapas são produzidos em oficinas que reúnem gestores, praticantes e demais interessados em eventos organizados pelo Iepha ou em situações promovidas exclusivamente para fins de pesquisa. Os participantes são convidados a representar em papel gráfica ou textualmente tudo aquilo que consideram parte integrante de seu patrimônio cultural.

na gestão das políticas de patrimônio [...] exigem, assim, aproximações cada vez mais complexas tanto em relação aos critérios para institucionalização quanto **em relação aos instrumentos a serem utilizados e à participação das comunidades envolvidas**. [...] Cada comunidade que subsidiou por meio de seus saberes esse Inventário apresenta de forma plural seu patrimônio cultural... (IEPHA, 2015, p. 6-7, destaques meus).

Com a posse dessa nova gestão no Iepha-MG, em 2015, ano também de minha entrada na equipe, a municipalização e a descentralização passaram a ser diretrizes principais dos planos de ação da instituição. Foi nesse contexto, então, que a GPI conduziu seus dois registros seguintes, sendo eles o registro das Folias de Minas (2017) e o registro dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola em Minas Gerais (2018). Para a condução desses processos, que pretenderam alcançar expressões que estão distribuídas por todo o território mineiro, a equipe criou uma nova ferramenta de participação: o *cadastro*. Essa ferramenta consistiu em um questionário em plataforma virtual no qual foliões, violeiros, associações e prefeituras puderam fornecer informações acerca de suas práticas culturais. O processo das folias mapeou mais de 1600 grupos, enquanto o registro das violas acessou mais de 1400 tocadoras/es e construtores desse instrumento no estado.

Por meio de processos bastante experimentais, portanto, na última década a metodologia de atuação da GPCI foi sendo objetivada, testada e aprimorada a cada novo *registro* e, dessa maneira, consolidou modos de operar e um acervo de ferramentas que são acionadas por parte de seus profissionais para a promoção da “participação” dos praticantes das expressões culturais. Em um contexto de disputa por legitimidade dentro da instituição, esses técnicos e técnicas conformaram uma (auto)representação de que conduzem pesquisas com a “participação das comunidades”, em oposição a outros setores, considerados mais conservadores. Após esse breve panorama que pretendeu apresentar as dinâmicas que se desenrolam nas políticas do patrimônio em Minas, deixemos o domínio das representações e adentremos os ruídos das práticas a fim de complexificar os entendimentos acerca das fabricações da participação nos processos de *registro* dos patrimônios imateriais.

A participação como é fabricada: notas a partir do registro das Folias de Minas

Passo agora à descrição de como as fabricações dos patrimônios imateriais acontecem na GPCI, a partir da leitura das legislações competentes que sustentam a institucionalização dessas práticas e ao mesmo tempo acompanhando atividades

cotidianas que se rotinizam nas ações administrativas. Meu intento foi localizar os momentos de participação, buscando compreender quem participa, em que espaços e de maneiras. Adianto que as fabricações dos patrimônios dependem de relações mais complexas que as vivenciadas nas interações entre equipe técnica e praticantes das expressões culturais. Envolvem uma heterogeneidade de agentes que variam ao longo do tempo-espaço, marcam situações específicas e também explicitam critérios, emoções e valores que informam as decisões por selecionar, classificar e apresentar esses patrimônios.

Segundo o Decreto estadual n. 42.505/2002 e a portaria do Iepha n. 47/2008, a condução dos processos de *registro* deve atender a etapas necessárias. Inicialmente, um *pedido de registro* deve ser encaminhado à instituição. Esse pedido pode se dar por meio de “órgãos e entidades públicas da área cultural, de sociedade ou associação civil, ou de qualquer cidadão” e deve ser acompanhado de uma *anuência* prévia de seus praticantes para a instauração do processo, por meio de “declaração formal de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse”.

Uma vez encaminhado o pedido à Presidência do Iepha, ele deve ser analisado pela Direção de Proteção e Memória (DPM), representada pela equipe da GPCI, que emite um parecer, ou *nota técnica*, favorável ou não à abertura do processo de registro, decisão sobre a qual não cabe recurso. Caso o parecer seja favorável, esse pedido é levado ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) e seus membros deliberam sobre a instauração do registro. A instrução técnica do processo – cujas etapas são apresentadas logo abaixo – é então levada a cabo pela gerência, ou por “equipe técnica interdisciplinar especialmente formada em função da categoria do bem cultural” que atue segundo a metodologia da instituição, ficando em aberto, portanto, a possibilidade de contratação de consultorias. Conforme a legislação federal e estadual do patrimônio cultural, fica estabelecida a participação da “comunidade” envolvida ou seus representantes durante todo o processo de pesquisa. Ao final do processo, o estudo retorna ao CONEP, com a apresentação do *dossiê técnico* aos membros e a leitura de um *parecer* emitido por um dos conselheiros, que irá deliberar sobre o *registro* da expressão como patrimônio cultural de Minas Gerais.

A instrução dos processos de *registro* dos patrimônios imateriais no Iepha é conduzida segundo a metodologia criada e rotinizada pela GPCI ao longo de suas práticas de atuação, conforme discutimos na seção anterior. Segundo apresentações

redigidas pela própria equipe, consiste em quatro etapas básicas, sendo elas: 1) *identificação*; 2) *inventário*; 3) *dossiê de registro* e 4) *salvaguarda*. As etapas são executadas de maneira mais ou menos concomitante e resultam em diferentes produtos. Cabe destacar aqui que é na primeira etapa de *identificação* que está prevista a condução das “ferramentas participativas” com os praticantes das expressões culturais em estudo. Nesse momento, promovem-se as oficinas de *mapas de percepção*, viagens de campo e entrevistas, além da construção e difusão do *cadastro* nos processos em que foi utilizado. Essa etapa consiste em reunir informações e iniciar o mapeamento do universo em análise a fim de selecionar os bens culturais associados que serão inventariados e indicar os caminhos a serem aprofundados no *dossiê de registro* e as ações a serem previstas no *plano de salvaguarda* (EUGÊNIO; FRANÇA, 2019). A figura 01 resume as etapas do processo de instrução para registro conduzidas no Iepha com seus respectivos participantes, como previsto na metodologia da GPCI.

FIGURA 01 – Etapas da instrução do registro no Iepha e seus participantes



Conforme prevê a legislação, ao longo de toda a pesquisa profissionais da GPCI devem trabalhar de maneira compartilhada, “com a participação do proponente, da comunidade produtora do bem ou de seus membros designados como representantes”. Conselheiros do CONEP participam na deliberação do registro. Elaboração própria (2019).

No entanto, a partir do entendimento de que a lei consiste em suas aplicações feitas pelas pessoas no dia a dia, é preciso ir além de sua dimensão normativa. Para evidenciar as fabricações dos patrimônios, devemos deixar o domínio do dever ser e adentrar nas práticas técnico-administrativas do cotidiano. O interesse está em localizar a legislação a partir das interpretações que dela são feitas por agentes específicos que se encontram em um espaço-tempo determinado para sustentar representações, produzir

verdades, legitimizar critérios e práticas. Passemos então a rastrear esses processos anteriormente apresentados, buscando desdobrar cada etapa em sua complexidade e fornecer pistas sobre como se promove e se mobiliza a participação nos processos de registro dos patrimônios imateriais na GPCI.

Como apresentado anteriormente, a legislação competente prevê que é fundamental a comprovação formal (*anuência*) de que os praticantes associados ao possível patrimônio estejam interessados e de acordo com o estudo. Em Minas, percebe-se, no entanto, que pedidos vindos de agentes da administração pública podem pesar mais que aqueles vindos dos próprios praticantes. O que testemunhei nos meus anos de trabalho no Iepha é que no caminho entre a chegada do pedido via Presidência, encaminhamento para a DPM e recepção pela equipe da GPCI já estão em movimento negociações e conciliações de interesses, de maneira análoga ao que se vê nos bastidores do licenciamento ambiental (BRONZ, 2016). Por vezes, a urgência de agendas advindas de outras instituições prevalece sobre os pedidos enviados pelos próprios praticantes de expressões culturais.

No caso da gerência, a equipe reduzida (ao longo dos anos, contou no máximo com seis membros, ficando no momento mais crítico apenas com duas pessoas) e o acúmulo dos processos já em andamento ou concluídos (que também demandam o acompanhamento dos planos de *salvaguarda*) não permitem que se assumam mais que um ou dois estudos por ano, o que acarreta uma considerável fila de espera. O que aconteceu por vezes nos últimos anos, no entanto, foi que interesses externos se sobrepuseram aos projetos que já estavam planejados, como o que ocorreu no processo para abertura do registro das folias em 2015.

Um pedido de registro vindo de instâncias administrativamente superiores da Secretaria de Estado de Cultura apresentava as folias como expressão cultural muito representativa do estado e justificável de reconhecimento como patrimônio. Em frente a essa demanda vinda de cima, o que observei foram esforços de construção de uma narrativa que justificasse a relevância daquele pedido, bem como a anuência de grupos praticantes da folia pelo estado. O que foi feito, afinal, foi reunir um *pedido de registro* que de fato viera de uma associação de folias de reis de Presidente Olegário/MG, mas que estava arquivado para estudos futuros, com os indicativos vindos da pesquisa anteriormente realizada pela GPI no Inventário Cultural do Rio São Francisco, onde as folias foram uma das celebrações identificadas na maioria dos municípios estudados.

Testemunhei, pois, a construção de uma cadeia lógica de eventos e documentos que permitiam voltar até um pedido de registro enviado ao Iepha por foliões e, assim, conseguiam justificar a abertura do processo. Segundo Latour (2001), a produção da verdade de um fato depende de quão bem amarradas estão as sequências de mediadores (instrumentos, documentos, arquivos, diagramas...) na configuração de uma cadeia de transformações, onde a cada novo passo se perde alguma especificidade da etapa anterior, mas se introduz uma nova sistematização. É nessa série mesma de transformações que se produziria a estabilização da verdade, desde que a cadeia se mantenha reversível, ou seja, desde que possamos rastrear a sucessão de procedimentos que levam aquele fato a se veicular por diferentes espaços – a esse fenômeno o autor nomeia como referência circulante (LATOURE, 2001).

Com o andamento da pesquisa para registro das folias, aquela narrativa da origem do pedido foi sendo rotinizada e configurou-se como uma referência circulante de tal maneira que ao final do estudo já era reproduzida como relato naturalizado da abertura do processo. Em diferentes ocasiões, os profissionais da GPCI veem-se obrigados a acionar argumentos técnicos para mediar interesses políticos vindos de outros agentes, onde órgãos e instituições públicas, na figura de seus personagens influentes, podem participar e decidir mais que efetivamente os respectivos praticantes daqueles patrimônios.

No que diz respeito à etapa da pesquisa propriamente dita, é preciso compreender como a metodologia de trabalho da gerência, que se sedimentou e ganhou o reconhecimento de outros setores da instituição justamente por seu caráter “participativo”, é mobilizada durante o processo e como os momentos de participação com os praticantes da expressão cultural em estudo são promovidos. Em primeiro lugar, em uma conjuntura onde os recursos são escassos e o pessoal é limitado, os profissionais da GPCI, por meio de uma coordenação de ações do Iepha, muitas vezes aproveitam ocasiões que já foram definidas na agenda da instituição para planejar suas viagens de campo.

No caso das folias, por exemplo, o antropólogo e a historiadora que compunham a equipe acompanharam técnicos/as de outra gerência em eventos que foram organizados com gestores de prefeituras. Nessas ocasiões, as prefeituras foram previamente comunicadas sobre a pesquisa em andamento para registro das folias e foram solicitadas a convidar foliões para participarem da reunião, como uma maneira

dos/as técnicos/as da GPI entrevistarem essas pessoas e iniciarem a coleta de informações a respeito das folias pelas diferentes regiões do estado. Esses momentos também foram utilizados para promover as oficinas de *mapas de percepção* com os foliões presentes¹⁰.

Por ora, podemos imaginar as dinâmicas que ali foram postas em movimento tanto no contato com as prefeituras, seus próprios critérios de seleção de quais folias convidar e quem eram os foliões que podiam participar da reunião naquela data e horário, bem como nas próprias reuniões e oficinas, propensas aos constrangimentos e performances advindos das relações cara a cara exercidas durante aquelas situações formais, marcadas por rituais e prescrições cerimoniais. Aqueles próprios movimentos de inclusão já representaram exercícios de poder, onde mecanismos de controle estavam em ação para definir quem poderia e quem não poderia participar (KOTHARI, 2001).

O que observei também nas oficinas de produção dos mapas foi a criação de situações homogeneizantes que domesticavam conflitos e cujos resultados estavam mais ou menos previamente definidos (SUAUD, 1984; BRONZ, 2016). Além das seleções anteriores que já informaram quem participaria desses momentos como discutimos a pouco, as perguntas também já estavam feitas e tudo levava a dizer de uma narrativa que já estava narrada. Atuando como mediadores nas oficinas, nós profissionais já definíamos de antemão o que desejávamos encontrar. No lugar de ouvir o que as pessoas poderiam verbalizar e representar no mapa a partir das interações espontâneas entre elas, o que costumávamos fazer era conduzir suas discussões a partir das categorias informadas pelo sistema classificatório do patrimônio imaterial¹¹.

Foi organizada ainda uma viagem exclusivamente pela equipe da GPI a fim de conhecer foliões em outras regiões que iam aparecendo durante a pesquisa como expressivas nas práticas de folias. Pela restrição orçamentária e a necessidade de otimizar os resultados do trabalho, visitamos João Pinheiro (Noroeste de Minas) e São Francisco (Norte). Decidiu-se por João Pinheiro, pois havíamos estabelecido contato com a secretária de cultura do município que se mostrara muito disposta e interessada em contribuir com a pesquisa, e São Francisco, afinal de contas uma das justificativas

¹⁰Foram três reuniões ao todo, sendo elas realizadas em Arceburgo (Sul de Minas), Paracatu (Noroeste) e Uberlândia (Triângulo Mineiro), que reuniram representantes de dezenas de municípios.

¹¹A legislação do patrimônio imaterial define um sistema de classificação que é informado pelos Livros de registro nos quais os patrimônios podem ser inscritos, sendo eles: livro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares.

para instauração do estudo fora os indicativos obtidos no Inventário Cultural que fora realizado na região. É interessante destacar que não se pensou em viajar para Presidente Olegário, município da folia que enviara anos atrás aquele pedido de registro também mobilizado na fabricação da origem do processo. Nessas ocasiões, devido ao curto tempo da viagem, realizamos entrevistas com foliões que nos foram indicados por agentes locais do setor de cultura dos municípios, participamos de uma reunião em uma associação de foliões que fora convocada devido à nossa presença e acompanhamos uma folia de São Francisco em uma noite de saída. Mais uma vez, os constrangimentos colocados pela situação contribuíram para que agentes da administração pública participassem tanto ou mais que os próprios foliões na condução da pesquisa.

Concomitantemente aos *mapas de percepção* e entrevistas, o *cadastro* constituiu uma ferramenta fundante do processo de pesquisa com a possibilidade de contornar as limitações de pessoal e recursos da GPI e reunir informações advindas de grupos localizados nas mais diversas regiões do estado. A cada cadastro recebido, íamos tomando mais consciência da diversidade daquelas manifestações e compreendendo as dificuldades advindas de tentar defini-la nos textos técnicos. A ideia inicial foi exatamente não tentar construir uma definição única, buscando explicitar no dossiê que a unidade daquele universo estaria justamente em sua pluralidade e que as folias seriam aqueles grupos que se identificassem e identificassem uns aos outros como tais.

No entanto, com as pressões advindas de setores superiores da instituição, informadas pelo andamento do jogo político no estado¹², as informações do *cadastro* não puderam ser trabalhadas com a devida profundidade e terminaram por ser mobilizadas na escrita de um capítulo descritivo, mais a serviço de ilustração de como se configurava a Folia em Minas (no singular e em maiúscula) que efetivamente uma análise das várias formas de se celebrar folia pelo estado, como fora a intenção no início do processo. O que se encontra no dossiê é a mobilização da produção acadêmica pincelada por alguns trechos de entrevistas realizadas pela equipe com foliões (EUGÊNIO, 2018).

Finalmente, não apenas o *cadastro* foi utilizado para apresentar realidades parciais sob a aparência de generalidade, como também as próprias parcialidades foram construídas pelo olhar generalizante da equipe técnica. Analisando retrospectivamente o

¹²A conjuntura política era informada pela intenção de reeleição da gestão no governo estadual e a progressiva demonstração de sua improbabilidade devido à fragilização na opinião pública e o crescimento de pautas mais conservadoras. No Iepha, implicou no aumento das pressões por resultados, com o incentivo ao aceleração dos prazos e o desejo de se deixar um legado na trajetória da instituição.

processo de construção do *cadastro* em si, analogamente à condução das oficinas de *mapas de percepção*, a equipe realizou uma “tradução às avessas” (SCIFONI, 2017), uma vez que as perguntas do questionário foram informadas pelo material bibliográfico que havíamos levantado até então. Dessa maneira, terminamos por adequar as vivências dos foliões às nossas categorias e não construímos as perguntas a partir do que experimentamos e conhecemos com aqueles festeiros, produzindo um material resultante de percepções unilaterais tomadas por especialistas.

Voltando para o trabalho no escritório, além da imposição da problemática aos praticantes naqueles momentos de participação, o momento de síntese também evidencia as posições assimétricas de poder em favorecimento dos profissionais da GPCI (SUAUD, 1984). Afinal de contas, apenas a equipe com seu *cadastro* poderia ter uma visão panorâmica sobre as folias em Minas com a reunião de informações sobre mais de 1600 grupos distribuídos por todo o estado. Nós pesquisadores seríamos os únicos capazes de mobilizar todas aquelas informações reunidas nas parciaisidades de cada situação para a fabricação de um discurso abrangente que desse conta de produzir em algum grau uma generalidade sobre as “Folias de Minas”, patrimônio cultural do estado.

O que se percebe, portanto, nessa fase de pesquisa e produção do *dossiê de registro* é a fabricação do próprio processo de participação dos praticantes das expressões em estudo, com a seleção de seus representantes e a confecção dos momentos participativos. Esses momentos tendem a ser informados por problemáticas anteriormente definidas, que vem de cima, conduzem as possibilidades de fala e ao final fornecem elementos legítimos – pois produtos da participação – que autorizam a construção de um discurso sobre aquela expressão em registro que seja reconhecido como verdadeiro e representativo. Portanto, parece seguirem participando mais os próprios pesquisadores e agentes da administração pública que aqueles praticantes que são convidados a participar.

Sobre a deliberação do *registro* e a *salvaguarda*, apresento apenas alguns indicativos do que ainda é preciso desenvolver para encerrar a apresentação de como operam as fabricações dos patrimônios imateriais em Minas Gerais. Após a escrita do dossiê, a equipe deve então se preparar para a apresentação do estudo ao CONEP. Nesse momento, outros documentos e discursos são tecidos, como o parecer da equipe em relação à relevância do registro, que é encaminhado ao parecerista do Conselho, que emitirá, por sua vez, o parecer final; a apresentação em PowerPoint que guia a fala da

gerência na reunião; além das conversas com funcionários/as da instituição e os próprios conselheiros que se dão em momentos de informalidade previamente à reunião. Nesses momentos, onde a reflexão sobre o patrimônio em registro mostra-se necessária para sua apresentação em poucas palavras ou slides, escolhas precisam ser feitas e novos entendimentos e hierarquizações sobre aqueles patrimônios acabam sendo construídos, entendimentos que não necessariamente estavam consolidados até a finalização do dossiê.

Olhando para a atuação do CONEP, além disso, podemos adiantar que seu caráter deliberativo é fracamente acionado nos processos referentes aos patrimônios imateriais, operando mais como legitimadores da decisão já definida pelo parecerista que, por sua vez, tende a apenas ratificar as posições defendidas pela GPCI. Ademais, o ato do registro desdobra-se em outras etapas que vão desde o parecer emitido pela gerência e o parecer final do conselheiro designado e a votação pelo CONEP, passando pela comunicação do registro no Diário Oficial de Minas Gerais e a inscrição do patrimônio no respectivo Livro. Nessa cadeia de documentos e procedimentos, vão operando uma série de transformações relacionadas a como nomear o determinado patrimônio, que suscitam variadas consequências políticas.

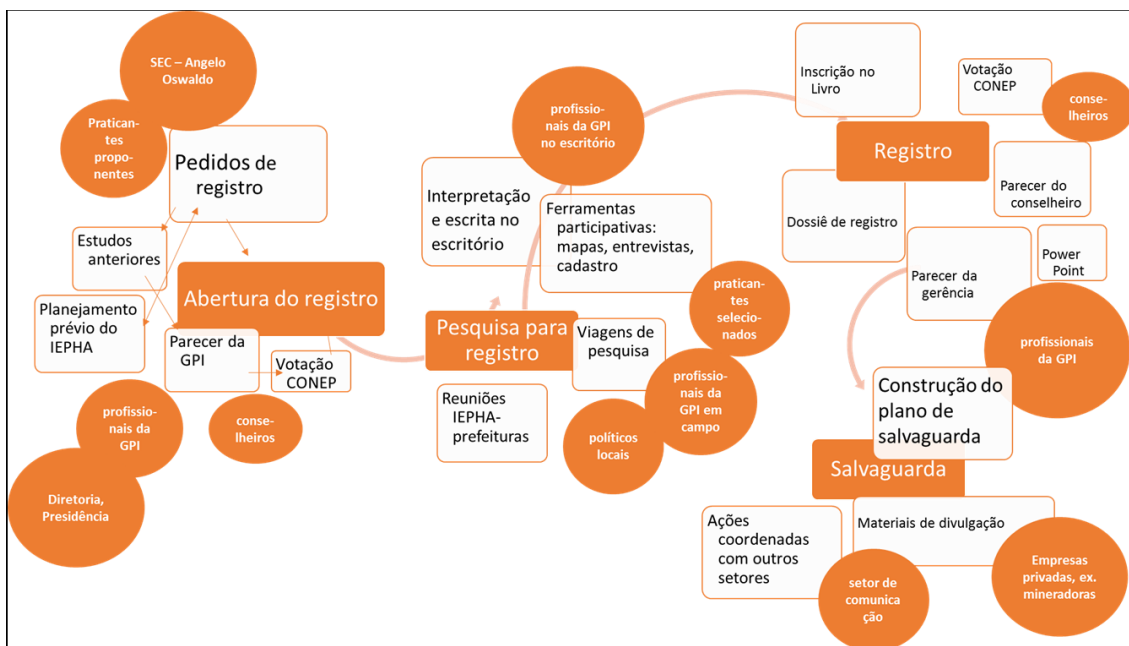
Finalmente, em relação às medidas de *salvaguarda*, outros agentes parecem enfim participar de suas decisões e conduções. Para citar apenas um exemplo, sobre o qual é preciso se debruçar mais detidamente, os cadernos da *revalidação* do Modo de Fazer o Queijo Artesanal do Serro e do *registro* das Folias de Minas e dos Saberes, Linguagens e Expressões Musicais da Viola foram resultados da assinatura de termos de referência com mineradoras, a partir de mediações que extrapolaram a alçada da GPCI¹³. Foram, portanto, medidas de compensação para fins de licenciamento, a partir de estudos de impacto que apresentaram os potenciais riscos de suas atividades aos patrimônios culturais identificados nas regiões de entorno. Com a falta de recursos para a produção interna desses materiais, a solução encontrada pela instituição foi otimizar os resultados dessa relação necessária, uma vez que atualmente cabe à instituição produzir análises de impacto cultural como parte dos licenciamentos de grandes

¹³Após a conclusão do processo de *registro*, é promovida a publicação de um volume que compõe a série Cadernos do Patrimônio, onde é feita uma apresentação sucinta e de fácil leitura dos patrimônios registrados para devolução aos praticantes, divulgação em escolas, prefeituras e demais espaços.

empreendimentos, e garantir a confecção desses cadernos que de outra maneira não conseguiriam ser publicados tão cedo.

Essa situação controversa merece sua devida atenção. Adiantei aqui apenas para evidenciar a heterogeneidade de agentes que terminam por participar nas fabricações dos patrimônios imateriais, para muito além da “comunidade” envolvida com a prática dessas expressões como foi previsto na Constituição de 88. Eis, finalmente, um diagrama que se propõe a apresentar esses processos como acontecem (fig. 02).

FIGURA 02 – Processos de fabricações dos patrimônios imateriais no Iepha



Esse diagrama provisório tenta dar legibilidade à complexidade dos processos descritos durante essa seção. Desdobramos as quatro etapas anteriormente apresentadas na figura 01 (quadros de preenchimento laranja) para representar os diversos momentos que as compõem (quadros em fundo branco). Nos círculos, representamos os participantes presentes em cada momento. Os tamanhos dos quadros e círculos variam segundo o peso que representam na condução dos registros. Elaboração própria (2019).

Para fins de início: provocações que ficam

Espero ter fornecido indícios sobre como as fabricações dos patrimônios imateriais são muito mais complexas que a princípio a legislação competente parece nos informar. Cada etapa desdobra-se em uma série de outros procedimentos, nos quais circulam diferentes documentos, práticas e pessoas. Busquei destacar como a participação é um fenômeno heterogêneo, abrangendo relações entre uma série de agentes, muito além dos próprios praticantes dos patrimônios. As fabricações dos patrimônios são resultadas, pois, da construção de uma cadeia extensa de transformações que envolvem diferenciais de poder em suas diversas escalas de atuação. Nota-se como

as relações são assimétricas e, dependendo de cada situação, certos agentes são mais capazes de fazer valer suas agendas e interesses.

Pensando nos momentos participativos, que consistem em oficinas de mapas de percepção, entrevistas e cadastros, pode-se indagar em que medida conformam participações. Parecem configurar oportunidades de consulta onde nós profissionais do patrimônio colhemos falas, histórias, conhecimentos e opiniões, mas é no escritório, muitas vezes movidos por agendas que escapam ao nosso alcance, que produzimos interpretações e análises que embasam por fim nossas decisões.

Conforme apresentado pela literatura sobre participação, é preciso reconhecer também as potencialidades que se abrem a partir desses processos e os desdobramentos promovidos nos contextos locais entre praticantes são incontroláveis – e é para essa direção que minha pesquisa agora se encaminha. Além disso, não podemos desconsiderar os caminhos abertos por tais ferramentas. Em uma conjuntura onde os recursos são escassos, funcionários/as são poucos/as e prazos são acelerados, o *cadastro*, por exemplo, mostrou-se como uma ferramenta criativa com possibilidades nunca anteriormente pensadas. É preciso, entretanto, encarar seus limites, caso contrário seguiremos reproduzindo sem avaliação crítica as práticas ambivalentes da participação.

Concluo com essa discussão, pois, que compreender as fabricações da participação se apresenta como objeto frutífero de pesquisa. Problema público configurado principalmente desde 88, as práticas participativas são estruturantes de políticas públicas e cada vez mais mobilizadas como exigência e estratégia de legitimação das ações governamentais que se promovem como democráticas, mas ao mesmo tempo mascaram relações de poder que acabam por reiterar as formas centralizadoras da administração pública brasileira.

A participação, portanto, assume essa posição ambivalente como mecanismo de controle proposto de dentro do Estado, mas também como possibilidade de transformação em contextos locais. O que testemunhamos nos espaços de participação, no entanto, são esforços para apresentá-la como uma premissa estabilizada que não precisa ser questionada. Investigar, pois, como operam os mecanismos de definição e mobilização da participação, e, principalmente, como os agentes envolvidos lidam com esses processos, insere-se nos esforços de compreender as complexidades do funcionamento do Estado e as efetivas possibilidades de transformação das dinâmicas da vida social.

Referências bibliográficas

- ABREU, R. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural no Brasil: Diálogos e Desafios Contemporâneos*, Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 21-45.
- ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*, v. 4, n. 1, jan.-jul. 2006, p. 425-435.
- AVRITZER, L. Reforma política e participação no Brasil. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 35-44.
- BRONZ, D. Participação ou consulta? Práticas de negociação e políticas de compensação na implantação de projetos industriais no Brasil: o caso dos “pescadores do petróleo”. In: HEREDIA, B.; ROSATO, A. *Política, instituciones y gobierno: abordajes y perspectivas antropológicas sobre el hacer política*, Buenos Aires: Antropología, 2009.
- BRONZ, D. *Nos Bastidores do Licenciamento Ambiental*. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- BÜHLER, U. Participation ‘with Justice and Dignity’: Beyond ‘the New Tyranny’, 2002.
- CASTILHO, S. R. R.; SOUZA LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C. (Orgs.). *Antropologia das práticas de poder*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.
- CHUVA, M. Patrimônio cultural no Brasil: proteção, salvaguarda e tutela. In: SOUZA LIMA, A. C. de. (Org.). *Tutela: formação de Estado e tradições de gestão no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2014, p. 201-218.
- CHUVA, M. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- EUGÊNIO, G. Andar com fé eu também vou: mobilidades de um grupo de folia de reis na cidade de Belo Horizonte (MG). 2017. 108 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- EUGÊNIO, G. Patrimônios em ação: controvérsias e alternativas no contexto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais imateriais em Minas Gerais, Brasil. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília. Anais da 31ª RBA, 2018.
- EUGÊNIO, G.; FRANÇA, B. Desafios que as pessoas nos colocam: notas sobre patrimônio imaterial e salvaguarda a partir da patrimonialização das folias em Minas Gerais. *Cadernos de Campo*, v. 28, n. 1, 2019, 129-144.
- FONSECA, M. C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 24, 1996, p. 153-163.
- FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2017.

- GONÇALVES, J. R. S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, I.; LIMA FILHO, M. F. *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012, p. 59-73.
- HEINICH, N. *La fabrique du patrimoine*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.
- INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Inventário Cultural do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015.
- KOTHARI, U. Power, Knowledge and Social Control in Participatory Development. In: COOKE, B.; KOTHARI, U. (Eds.). *Participation: the new tyranny?* London/New York: Zed Books, 2001, p. 139-152.
- LATOUR, B. Referência circulante. In: _____. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 39-96.
- LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: HYMES, D. (Ed.). *Reinventing Anthropology*. New York: Pantheon Books, 1972, p. 284-311.
- SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. *Revista Teias*, v. 18, n. 48, 2017, p. 5-16.
- SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUZA LIMA, A. C. de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: _____. (Org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 2002.
- SOUZA LIMA, A. C. de. Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista de Antropologia*, v. 55, 2012, p. 559-564.
- SOUZA LIMA, A. C. de. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015, p. 425-457.
- SOUZA LIMA, A. C. de; CASTRO, J. P. M. e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). *Revista Antropológicas*, v. 26, n. 2, 2015, p. 17-54.
- SUAUD, C. Le mythe de la base. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 52-53, 1984, p. 56-79.
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.
- WILLIAMS, G. Evaluating participatory development. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 3, 2004, p. 557-578.
- YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, v. 67, 2006, p. 139-190.